

Miséria cresce, mas continua à margem do debate[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Um Portugal de miseráveis



Pobreza em Belford Roxo, na Baixada Fluminense | Márcia Foletto

O IBGE informa: aumentou o número de brasileiros na extrema pobreza. Em 2018, o país passou a ter 13,5 milhões de pessoas sobrevivendo com menos de R\$ 145 por mês. É um contingente maior do que a população inteira de países como Portugal, Grécia e Bolívia.

Desde 2014, houve um salto de 50% no número de miseráveis. Isso significa que 4,5 milhões de brasileiros foram empurrados para a base da pirâmide social. É a face mais perversa da crise, que reduziu os empregos e a renda de quem ainda tem trabalho.

A omissão do poder público também contribuiu para o aumento da extrema pobreza. A parcela de lares atendidos pelo Bolsa Família, que era de 15,9% em 2012, caiu para 13,7% no ano passado. O valor real dos benefícios diminuiu, com congelamentos e reajustes abaixo da inflação.

O economista **Marcelo Neri, da FGV Social**, diz que o arrocho agravou as dificuldades de quem luta pela sobrevivência. “O país resolveu economizar às custas dos mais pobres. Só que isso não gerou uma economia expressiva e ainda aumentou a miséria”, explica.

Em tempos de crise, é esperado que o Estado reforce a rede de proteção social. No Brasil dos últimos anos, deu-se o contrário. “O país recolheu a rede quando mais precisa dela”, resume o professor.

A Síntese de Indicadores Sociais revela outras faces do nosso abismo. Em 2018, o percentual de empregados com carteira assinada caiu para 47,4%, menor índice já registrado pelo IBGE. Isso ocorreu um ano após a aprovação da reforma trabalhista, vendida como panaceia por governo e entidades patronais.

O estudo divulgado ontem lembra que a precarização eleva a desigualdade. Sem vínculo formal, os trabalhadores perdem direitos básicos como salário mínimo, aposentadoria e licenças remuneradas.

A miséria cresce a olhos vistos, mas continua à margem do debate nacional. No pacote apresentado nesta terça, o governo propôs revogar o artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Se o texto for aprovado, o benefício pago a idosos e deficientes de baixa renda poderá ficar abaixo do salário mínimo.